



Anais da Assembléia

D.A. 220 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1997 ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jílilio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob os números CTL/SEEG/252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267 e 268/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

523/97: Do Poder Executivo, que dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujos "imóveis" sejam utilizados para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana e rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 km, o qual convertido em lei tomou o nº 11.897. **Anote-se. Arquivo-se.**

010/96: de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, instalar e edificar no Município de Paranavaí, o Centro Regional de Esportes, o qual convertido em lei tomou o nº 11.898. **Anote-se. Arquivo-se.**

380/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.899. **Anote-se. Arquivo-se.**

547/97: do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, o imóvel que especifica, situado naquele município, o qual convertido em lei tomou o nº 11.900. **Anote-se. Arquivo-se.**

565/95: de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 11.901. **Anote-se. Arquivo-se.**

586/97: do Poder Executivo, que procede ajuste no valor de R\$ 38.250,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.902. **Anote-se. Arquivo-se.**

587/97: do Poder Executivo, que aprova ajuste no valor de R\$ 2.348.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.903. **Anote-se. Arquivo-se.**

589/97: do Poder Executivo, que procede ajuste no valor de R\$ 1.700.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.904. **Anote-se. Arquivo-se.**

590/97: do Poder Executivo, que procede ajuste no valor de R\$ 100.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.905. **Anote-se. Arquivo-se.**

605/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.800.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.906. **Anote-se. Arquivo-se.**

606/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.907. **Anote-se. Arquivo-se.**

607/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 470.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.908. **Anote-se. Arquivo-se.**

632/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.038.244,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.909. **Anote-se. Arquivo-se.**

636/97: do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 14.950.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.910. **Anote-se. Arquivo-se.**

041/97: de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em lei tomou o nº 11.912. **Anote-se. Arquivo-se.**

002/97: de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Grupo Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 11.913. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/266/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando

haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 072/97, do Senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Relatório de Gestão 1996, do Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3140
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 690/97 relativo à Mensagem nº 111/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3141
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 689/97 relativo à Mensagem nº 110/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3142
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 688/97 relativo à Mensagem nº 109/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3143
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº

687/97 relativo à Mensagem nº 108/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 686/97 relativo à Mensagem nº 107/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 710/97, que dispõe sobre incorporação aos proventos de inatividade do policial civil a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei sob nº 550/97, em razão de já ter sido aprovado em redação final o Projeto de Lei sob nº 534/97, de igual teor, o qual está sendo encaminhado à sanção governamental.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, anexação do Projeto de Lei nº 630/97, do Deputado Toti Colaço, que visa autorizar o Poder Executivo a repassar recursos financeiros aos municípios do Paraná, para pagamento do 13º salário, ao Projeto de Lei nº 624/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, por tratar da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 3173

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja designado pelo Senhor Presidente desta Casa de Leis uma Comissão Especial composta de cinco membros, para averiguar denúncias veiculadas pela imprensa contra dois Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

VALDIR ROSSONI

BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 3163

Senhor Presidente.

REQUEIRO à douta Mesa Executiva, na forma regimental, que seja inserido na Ata dos Trabalhos da sessão do dia de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor Eurico Portugal Macedo, pai do Doutor José Fernando Macedo, causando a mais profunda consternação entre seus familiares e amigos.

Uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão desta Casa à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lindolfo Pessoa, 150, ap. 42, Bairro Seminário, CEP 80240-330, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 3137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado voto de congratulações à

jovem Adriana Cunha Vargas, de 18 anos, nascida em Mamborê, filha de Ana Maria Cunha Vargas e Altino Vargas, 3ª colocada no Concurso "Miss Paraná", realizado nas dependências do Club Pinheiros, em Pato Branco.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família, na Av. Paulino Ferreira Messias, 494, CEP 87340-000, Mamborê - PR).

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado voto de congratulações à Câmara Municipal de Campo Mourão, na pessoa de seu Presidente Edson Battilani, pelo cinquentenário de criação daquele Poder Legislativo Municipal.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Ao completar 50 anos de instalação e funcionamento, a Câmara Municipal de Campo Mourão tem se firmado como pilar da democracia na sua mais pura aplicação, tendo aquele Poder Legislativo Municipal se destacado em inúmeras oportunidades, fazendo das suas decisões o reflexo das aspirações e anseios daquela comunidade.

Portanto, é mister o reconhecimento do Poder Legislativo Estadual, o desenrolar pleno dos trabalhos arduamente desenvolvido naquela augusta Casa de Leis, tendo tomado assento em suas cadeiras os mais diferentes edis, representantes dos segmentos comunitários de Campo Mourão, que na defesa árdua de seus princípios nunca negligenciaram o fato maior, qual seja o de manter em primeiro plano o bem-estar e o progresso com ordem e determinação, daquela honrada comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Universidade Estadual de Londrina - PR, alusivos a inauguração

da Capela Ecumênica daquela Universidade, no próximo dia 09 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Reitor daquela Universidade, Professor Jackson Proença Testa, através de correspondência a ser encaminhada a Rodovia Celso Garcia Cid, km 580, Campus Universitário, CEP 86051-970, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Paranacity - PR, alusivos a comemoração do 43º aniversário do município, no último dia 26 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor José Cláudio Batista, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mário Xavier de Souza, 1248, CEP 87660-000, Paranacity-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Paranacity - PR, alusivos a comemoração do 43º aniversário do município, no último dia 26 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antonio Cassapula Martinez, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mário Xavier de Souza, 1248, CEP 87660-000, Paranacity-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de con-

gratulações ao Município de Jandaia do Sul - PR, alusivos a comemoração do 45º aniversário de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Everaldo Púppio, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Plácido Caldas, 4490, CEP 86900-000, Jandaia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Jandaia do Sul - PR, alusivos a comemoração do 45º aniversário de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Manoel Fernandes Maciel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Plácido Caldas, 4490, CEP 86900-000, Jandaia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Sociedade Rural de Jandaia do Sul - PR, alusivos à realização da EXPOJAN 97 - 4ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Jandaia do Sul, nos próximos dias 06 a 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Sociedade, Senhor João Carlos Marques Moleiro, através de correspondência a ser encaminhada à BR-369, km 2, CEP 86900-000, Jandaia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações pelo transcurso do 33º aniversário do Município de Paranapoema.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A área onde está assentado o Município de Paranapoema, pertencia aos irmãos Vitorelli, que fundaram em 1952 a Imobiliária Paranapoema.

São citados como os pioneiros do município, os senhores Antônio Frederico, Antônio Violada, Pedro Paiva, Olímpio Ferreira Pinto, Cândido Adorno, Justo Mariano de Sá, José Cordeiro de Souza, José Estevan de Freitas, Félix Serafim, Gino Soares de Lima, Deoclesiano da Silva e Luiz Horque.

Em 10 de fevereiro de 1953 foi criado o Distrito Administrativo de Paranapoema, sendo que a elevação de Distrito para Município ocorreu em 6 de março de 1964, através da Lei Estadual nº 4.844.

A instalação oficial do Município de Paranapoema, teve lugar em 11 de dezembro de 1964, com a posse do Senhor José Cirino, como seu primeiro Prefeito Municipal.

REQUERIMENTO Nº 3153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos, de voto de congratulações à Diretoria da COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu, com sede em Cascavel, que inaugurou nova área industrial no Município de Palotina.

Requer que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretoria da entidade, através de seu Presidente Fábio Rosso, na sede da Cooperativa, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A nova área industrial da Cooperativa Central Regional Iguaçu em Palotina, exigiu investimentos na ordem de R\$ 4,5 milhões, duplicando a capa-

cidade de moagem e elevando a estocagem de 4,3 mil toneladas para 21,8. Com equipamento de última geração, importados da Itália, a nova unidade de Palotina permitirá uma ampliação da qualidade da moagem e estocamento, além de empacotamento.

Com os investimentos, a COTRIGUAÇU passa a ser a terceira em capacidade no Estado do Paraná, e estará localizada num dos municípios paranaenses que apresenta maiores condições para abrigar uma indústria deste porte. Palotina, que já conta com um dos mais modernos abatedouros de aves do País, agora abriga uma unidade da COTRIGUAÇU, representando para seus habitantes novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida daquela região.

REQUERIMENTO Nº 3154

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Pretextado Taborda Ribas Neto, que assumirá, na próxima sexta-feira, dia 12 de dezembro do corrente, às 17:00 horas, em solenidade a ser realizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em substituição ao Senhor José Fernando Rosas, que deixa a direção depois de cumprir mandato de dois anos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 12 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal PEDRO e EMÍLIA PIECZYKOLAN, que completou 53 anos de união conjugal, celebrando "BODAS DE OURO".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito

orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal ANTÔNIO e ALÍDIA FLONIAK, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "BODAS DE PRATA".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor e congratulações ao jornalista Paulo Ribeiro Dias, pelo estudo histórico da colonização do

Novo Norte do Paraná, sob o título "O Canto dos Pioneiros do novo Paraná".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Paulo Ribeiro Dias, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Quintino Bocaiuva, 219, Centro, CEP 86300-000, Cornélio Procopio - PR.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, Senhor Pedro Giraldi, pela passagem do aniversário de emancipação política do município, dia 15 de dezembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Quedas do Iguaçu destaca-se pela sua administração séria e competente junto ao Prefeito Municipal Pedro Giraldi.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pela população, para bem estruturar aquele município. Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Quedas do Iguaçu se tornasse um município pujante.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquele população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos

de congratulações ao Prefeito Municipal de Chopinzinho, Senhor Vanderlei Crestani, pela passagem do aniversário de emancipação política do município, dia 14 de dezembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O povoamento da região onde está assentado o Município de Chopinzinho aconteceu em função da ocupação dos Campos de Palmas, que foi descoberta ainda no século XVII, mas sua posse efetiva se deu em 1839, por Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro e Siqueira Cortes, em incursões independentes.

Data de 1822 a instalação da Colônia Militar do Chopin, que ficou historicamente conhecida por Colônia Santiago Dantas, numa referência ao Coronel que iniciou a povoação do lugar. Percebe-se que é antiga e rica a história regional.

A exemplo do que aconteceu em vários municípios, especialmente no sudoeste, a economia da erva-mate foi importante para a consolidação do povoamento de Chopinzinho. A partir do século passado iniciou-se um período lucrativo e turbulento nesta economia, pois grande parte da erva-mate produzida na região era contrabandeada na Argentina, sendo o restante comercializado na praça de União da Vitória. O transporte era feito em lombo de burros, que levavam nos surrões de couro, a redenção da economia regional.

Outro fator de especial destaque econômico, foram as safras, criações de porcos que se firmaram na frente de ocupação e colonização. A safra do mate era basicamente no inverno, enquanto que a suinocultura dava-se no verão. Foi nessa alternância de economia que a gente de Chopinzinho viu o tempo passar, e se consolidou social e economicamente. O progresso do lugar foi acentuado com a abertura de estradas (antes simples picadas), ligando Chopinzinho a Laranjeiras do Sul e Mangueirinha.

Em 1948, Chopinzinho figurava como Distrito Administrativo, com território pertencente ao Município de

Mangueirinha. Finalmente em 26 de novembro de 1954, a Lei Estadual nº 253, sancionada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi criado o Município de Chopinzinho, com território desmembrado de Mangueirinha. A instalação oficial aconteceu no dia 14 de setembro do ano seguinte, 1955.

Ao completar 42 (quarenta e dois) anos de existência, oficialmente, Chopinzinho dá mostras de que superou as barreiras graças à determinação de sua gente.

Anfitrião, generoso e hospitaleiro, são alguns dos sinônimos que podemos atribuir à população chopinziense.

Hoje, ao passar pelo município, podemos constatar que os longos anos de labuta valeram a pena. Os resultados comprovam esta afirmação. A cada ano, é visível que Chopinzinho caminha a largas passadas em direção ao futuro.

Por isso, a Assembléia Legislativa que sempre prestou justas homenagens, mais uma vez cumpre com o seu dever, ao registrar em seus Anais, a passagem de tão importante data.

REQUERIMENTO Nº 3169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Junta Comercial do Paraná, pelo recebimento do Prêmio Nacional de Qualidade e Produtividade do Registro Mercantil, concedido pelo DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio, pela segunda vez consecutiva.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Ligada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, cujo titular, Doutor Edson Vidal Pinto, vem desempenhando com grande competência a sua função, a Junta Comercial do Paraná é, pelo segundo ano consecutivo, motivo de orgulho para nós paranaenses. Graças ao trabalho de seus funcionários e ao comando de sua Diretoria, conquistou merecidamente o Prêmio Nacional de Qualidade e Produtividade do Registro Mercantil, feito reconhecido pelo DNRC, o Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Alcançando a pontuação máxima, a Junta Comercial do Paraná entre as demais congêneres do País, provou que a metodologia de trabalho implantada por seu Presidente, Antônio Sérgio Lopes, resultou num atendimento melhor à população, razão de ser deste órgão público.

Os itens analisados pelo DNRC foram diversos, do planejamento estratégico à observância da legislação que rege o registro público de empresas, entre outros fatores. Em todos eles, a Junta Comercial do Paraná recebeu "medalha de ouro", para orgulho e estímulo de seus funcionários. Espalhada em 23 postos de atendimento, além da sede em Curitiba, a Junta Comercial do Paraná chega aos 105 anos comemorando o recebimento do prêmio mais importante da área, pela segunda vez consecutiva. Este é o tipo de trabalho que merece nosso aplauso, pois dignifica o serviço público do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Tribunal de Justiça do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Henrique Lenz César, pelo transcurso do "Dia da Justiça", comemorado em 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Para citar o filósofo iluminista do século XVIII, Jean Jacques Rousseau, uma dentre muitas de suas declarações, a de que "Renunciar à liberdade é renunciar a ser Homem", cabe aqui destacar o papel que a Justiça, em seu contexto mais profundo, desempenha na vida do cidadão. Ninguém está a salvo das chamadas injustiças, é bem verdade, mas por ser praticada por seres humanos, a Justiça é falível, ainda que o ideal que norteia todo aquele que dedica sua vida à aplicação dos ditames da lei, seja sempre o de corrigir aquela injustiça que a sociedade possa ter cometido, restituindo ao cidadão os valores morais e a fé na Justiça como instituição.

Comemorar uma data específica, como "Dia da Justiça" tem o sentido de valorizar este instituto e o trabalho

de todos que estejam a ele ligados. No Paraná, temos uma Justiça que avança em relação às de outros Estados. A tramitação dos nossos processos é mais rápida, nossos magistrados e os serventários trabalham sobrecarregados por absoluta falta de recursos para expansão do quadro, o grande sonho da cúpula do nosso Tribunal de Justiça. Convivência pacífica com profissionais também vinculados à Justiça, como os advogados e o Ministério Público, faz parte da forma de trabalho adotada pelo TJ paranaense. E o principal beneficiado é o paranaense, que resgata sua condição de cidadão, aquele que confia na Justiça e sabe que ela existe para julgar, garantindo a proteção de seus direitos, o principal deles, voltando a Rousseau, o da liberdade.

Pelo trabalho nesse sentido, de preservar os direitos da Cidadania, vale aqui registrar a atuação do Tribunal de Justiça do Paraná, nas pessoas dos Desembargadores Henrique Lenz César (Presidente); Darcy Nasser de Mello (vice-Presidente) e Oto Sponholz (Corregedor-Geral). Neles assumimos nossas congratulações, extensivas a todo o corpo do Poder Judiciário paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3176

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ruy Fernando de Oliveira, Juiz do Tribunal de Alçada, eleito no último dia 3 de dezembro, como novo Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMP), para o biênio 98/99.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 12 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido

da Senhora Alaide Blum, residente à Rua Crescêncio Batista, 69 - Jardim Eliza, a qual solicita a conclusão do calçamento desta rua. Faz 05 (cinco) anos que o calçamento foi feito, porém somente a metade foi concluída. Justamente na subida foi interrompido. Trata-se de um trecho que passa a linha de ônibus e sofre-se muito com as chuvas, uma vez que as pessoas não têm por onde transitar com segurança.

Pede-se também uma fiscalização por parte desta municipalidade, uma vez que na Prefeitura consta como calçamento completamente concluído. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 358-7505.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do Senhor Elias Olímpio Manoel, residente à Rua Alzira Lovato Bontorin, 78 - Jardim Monza, o qual solicita providências quanto a um coqueiro que existe no terreno em que mora e que está colocando em risco sua casa. Várias telhas já foram quebradas e algum acontecimento mais grave pode ocorrer. Trata-se de um terreno desta Prefeitura.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Judite dos Santos, residente à Rua Guilherme Weiss, 886 - Vila Tarumã, a qual solicita a colocação de uma lombada em frente a Escola Municipal Clementina Cruz, localizada nessa mesma rua.

Os veículos desenvolvem altas velocidades, o que torna o local muito perigoso. A colocação da lombada proporcionará maior segurança aos pedes-

tres, principalmente aos alunos da escola.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Umbertina de Souza, moradora à Rua Joaquim Ferreira Claudino, 742 - Vila Fujato II, a qual solicita a implantação de asfalto nesta rua. É uma rua muito movimentada e que necessita desse benefício o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Buenos Aires, 100 - Bairro Batel.

Neste endereço existe uma casa desocupada que serve de esconderijo para marginais, o que tem causado pânico aos moradores das proximidades, os quais temem que algum acontecimento mais grave possa vir ocorrer.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido do Senhor Roberto Walde-mar Molleken, morador à Rua Pedro Aires da Rocha, 52 - Jardim Iracema II, o qual solicita a colocação de anti-pó nesta rua, no trecho entre as Ruas Almirante Alexandrini e Antonia Eskakui. Falta anti-pó somente nesse

trecho. Será um grande benefício para os moradores, os quais concordam em pagar pelo mesmo.

Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com o requerente, pelo telefone 282-0837.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3174

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, solicitando providências daquela Pasta no sentido de liberar recursos para a APAE do Município de Planalto, em razão de convênios já assinados anteriormente e ainda não repassados a instituição, conforme documentação anexa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3175

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, solicitando providências daquela Pasta no sentido de liberar recursos para a Associação Mantenedora Saint Germain, que atende crianças deficientes, totalizando o valor de R\$ 55.000,00, conforme documentação anexa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 702/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno através das Instituições de Ensino Superior do Estado do

Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 (sessenta e quatro milhões, trezentos e quinze mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, instituído pelo Ministério da Educação e Desporto - MEC, para ser implementado conjuntamente com aquela instituição financeira.

Art. 2º - A presente operação de crédito destina-se a fazer frente às despesas de investimento das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, na proporção dos valores e finalidades, conforme consta do anexo I.

Art. 3º - Fica autorizada a apresentação de garantia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante desmobilização patrimonial, conforme anexo II.

Art. 4º - Fica, igualmente, autorizado do Governo do Estado do Paraná a prestar garantias reais complementares ao financiamento ora autorizado, caso não sejam suficientes as garantias indicadas no artigo 3º e seus incisos, com imóveis de sua propriedade, até o limite de R\$ 91.879.323,99 (noventa e um milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(aa) SÉRGIO SPADA, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EDUARDO TREVISAN, JOSÉ TAVARES, NELSON TURECK, EDNO GUIMARÃES, JOEL COIMBRA, WALMOR TRENTINI, CEZAR SILVESTRI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MARQUINHOS ALVES, EDGAR BUENO, DUILIO GENARI, ÉLIO RUSCH, SÂMIS DA SILVA

ANEXO I

I. Universidade Estadual de Londrina (UEL) - R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), para construir 18 blocos, totalizando 27.626 m², e reforma de 7 blocos, totalizando 10.649 m², no campus da Universidade

Estadual de Londrina, equipagem de laboratórios, hospital e fazenda-escola;

II - Universidade Estadual de Maringá (UEM) - R\$ 15.102.600,00 (quinze milhões, cento e dois mil e seiscentos reais) para construir 17 blocos, totalizando 36.361,97 m², no campus da Universidade Estadual de Maringá e equipagem de uma central analítica;

III - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - R\$ 10.278.226,79 (dez milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) para construir edificações com 18.249,26 m² no campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a aquisição de equipamentos para os 5 setores de conhecimento;

IV - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para ampliação das instalações físicas no total de 16.919,65 m² e recuperação das instalações físicas no total de 10.170,38 m², montagem e equipagem de cinco salas de tele-conferências, equipamentos de laboratórios e ampliação do acervo bibliográfico;

V - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - R\$ 4.481.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais), para construir um ginásio de esportes, blocos para ensino, pesquisa e extensão, totalizando 7.700,00 m², no campus de Guarapuava e Irati e equipagem de laboratórios que fazem parte do projeto de investimentos da Universidade;

VI - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio (FAFICOP) - R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), para fazer frente as despesas de investimentos em construções no Campus Universitário de Cornélio Procopio, com área total de 4.000 m², compreendidos em: dois pavilhões destinados a salas de aula, com área de 1.500 m², cada pavilhão, um pavilhão para a administração da

Faculdade, com área de 500 m², um pavilhão para a biblioteca com área de 300 m², um pavilhão para os laboratórios com área de 200 m²;

VII - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) - R\$ 319.700,00 (trezentos e dezenove mil e setecentos reais), para construção de uma sede administrativa com 416 m², 5 salas de aula, com 60 m² cada uma, cobertura de uma cancha poli-esportiva com 600 m² e a construção de um museu com 250 m²;

VIII - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para construção de 20 salas de aula com 77 m² e um anfiteatro com 1.800 m² totalizando 3.340, no campus Frei;

IX - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FACILCAM) - R\$ 3.034.000,00 (três milhões, trinta e quatro mil reais), para construir 50 salas de aula; biblioteca; laboratórios de pesquisa; centros de eventos, totalizando 8.750 m², de construção e mais acervo bibliográfico; equipamentos de laboratórios; mobiliários para sala de laboratórios e ampliação das atuais instalações e infraestrutura do ensino, pesquisa e extensão.

ANEXO II

A garantia da presente operação de crédito, através de desmobilização patrimonial, será através de imóveis de propriedade das Instituições de Ensino Superior, nos termos seguintes:

I. Universidade Estadual de Londrina (UEL) - de área de terra consistente de parte da quadra 74-A, no centro de Londrina, com 8.050 m², pertencentes à Universidade Estadual de Londrina;

II - Universidade Estadual de Maringá (UEM) - de área de terras consistentes dos Lotes n^{os} 136/15A, com 95.271,88 m², e quadra 90, com 23.716 m², pertencentes à Universidade Estadual de Maringá;

III - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - de área de terreno situado na Praça Santos Andrade de 10.109,90 m², com 11.579,52 m² de área construída, pertencentes à Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme certidão R, expedida pelo Registro de Imóveis - 2^a Circunscrição, da Comarca de Ponta Grossa, em 21 de novembro de 1995;

IV - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - de área de terras urbanas e rurais de 628.224,17 m², constantes das escrituras de matrículas n^{os} 20.221, 23.004, 7.731/18.275, 21.349, 13.316 e 37.893, com 68.003,05 m² de construções, das comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, pertencentes à Universidade Estadual do Oeste do Paraná;

V - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - de área construída de 10.669,05 m², sito à Rua Presidente Zacarias, 875, pertencentes à Universidade Estadual do Centro-Oeste;

VI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio (FAFICOP) - de terreno com área de 169.400 m² contendo 7.601,51 m² de construções, localizado no campus universitário de Cornélio Procopio, saída para Leopólis, registrado no 2^o Ofício de Registro de Imóveis de Cornélio Procopio, Matrícula n^o 3.356 - Livro 20, pertencentes a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;

VII - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) - de terreno de 40.700 m², dos Lotes 13C/1 e 13C/2 da Gleba Três Bocas, e uma área construída de 6.784 m²;

VIII - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA) - de área de terras consistentes nos Lotes n^{os} 50-1^a Parte-B/50-2^a Parte-B-50-1^a Parte-Rem - "B", subdivisão do Lote n^o 50-1^a Parte 50-2^a Parte-B-50-Parte Rem, este oriundo da unificação dos Lotes n^{os} 50-1^a Parte - B e 50-1^a Parte-Rem., estes oriundos da subdivi-

são de parte do Lote nº, da Gleba I-Ivaí, Colônia de Paranavaí, situado neste município e comarca, com área de 144.642,33 m² e Lotes 01 a 34 da Quadra 59, Lotes 01 a 34 da Quadra 60, Lotes 01 a 34 da Quadra 61, Lotes 01 a 34 da Quadra 62, Lotes 01 a 20 da Quadra 63 e Lotes 01 a 17 da Quadra 64, totalizando uma área de 57.873 m², situados no Parque Morumbi pertencentes à Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

IX - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FACILCAM) - de área de terras constantes dos Lotes nºs 355B, da Gleba Registro Campo Mourão 1ª Parte, com área de 968.006,49 m² e Lotes nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Quadra 198, com área de 8.750 m², pertencentes à Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira contemporânea está articulada numa sociedade global, que compreende relações, processos e estruturas sócio-econômicas, políticas e culturais mundializadas.

O novo paradigma da conjuntura mundial, neste final de século XX, insere-se no conceito da globalização, que vem definindo o mundo e o Brasil de amanhã em relação a quatro processos fundamentais:

- a) processo de inovações científicas e tecnológicas, onde a competição se processa em nível mundial e os padrões de qualidade são medidos pelos parâmetros da ciência e da tecnologia dos países avançados, com seu impacto sobre a organização da estrutura de produções da sociedade e das novas condições de trabalho, com ênfase primordial ao papel da microeletrônica e informática, biotecnologia, novos materiais, química fina, nova divisão do trabalho à nível interno e internacional, e a importância crescente dos serviços;
- b) processo de "democratização substantiva", fruto das exigências de uma sociedade mais participativa - organização de sociedade civil, movimentos sociais e luta contra a exclusão e o desemprego, por novas formas de participação econômica,

social, política e cultural e em defesa e preservação do meio ambiente;

- c) processo de reorganização do Estado, seus aparelhos e políticas, com a crise tanto das formas autoritárias, como das conciliatórias tradicionais - novas formas de disputa e organização do poder, captação e distribuição de recursos, reforma da legislação, etc, onde, no campo político, ocorre a internacionalização do poder, com o conseqüente enfraquecimento do Estado-Nação, em razão do intenso processo de privatizações;
- d) processo de informação, com as grandes redes de comunicação global, que tornam possível o acesso ao mesmo nível de informação em qualquer ponto do mundo, favorecendo a aquisição de conhecimentos a um número cada vez maior de pessoas.

A medida que a globalização avança pelo mundo, ocorre também a padronização do consumo e a massificação da cultura. O multiculturalismo é, hoje, um fenômeno global, e a cultura de massa passa a ditar regras de comportamento e de consumo. Todavia, contrapondo-se a esse fenômeno, revitaliza-se a cultura local e regional. Cada grupo étnico, social, comunitário, procura reforçar a sua individualidade, as suas tradições, as suas raízes, provocando um renascimento da cultura local, esfera privilegiada a ser explorada pela educação, que se reveste de significativa importância no novo contexto mundial.

Nesta nova perspectiva mundial, a universidade precisa se qualificar para efetivamente cumprir seu novo papel com a sociedade. Para tanto, o preparo, com qualidade, dos profissionais que atuarão no próximo milênio, nos mais diferentes campos da atividade humana, depende de experiências científicas, materiais didáticos, equipamentos, conteúdos específicos que garantam a contemporaneidade dos conhecimentos e da avaliação institucional dos cursos de ensino superior. Porém, esta perspectiva não poderá ser alcançada sem os suportes materiais necessários como: salas de aula adequadas, laboratórios equipados, biblioteca com instalações pertinentes e bibliografia atualizada e suficiente,

espaços para estudos e discussões que envolvam a participação tanto de alunos, professores e pesquisadores quanto de elementos da comunidade universitária e da comunidade em geral no desenvolvimento articulado de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os avanços científicos e tecnológicos, a globalização econômica, os avanços da informática e das comunicações desafiam a universidade pública a dar respostas aos grandes desafios da sociedade neste final de século XX.

Nesta perspectiva, as universidades, as faculdades e os institutos de pesquisa do Paraná constituem-se em instituições estratégicas para o desenvolvimento, sobretudo para o processo das inovações científicas e tecnológicas, base para o desenvolvimento sócio econômico e cultural.

Historicamente, o Paraná foi constituindo estrutura própria no interior do Estado para fazer frente às demandas do ensino superior e aos próprios desafios na medida em que as realidades regionais vinham exigindo suas respostas.

Hoje, o Estado do Paraná mantém ensino superior em cinco Universidades e onze Faculdades Estaduais, que constituem um patrimônio científico, tecnológico e cultural determinante do atual estágio de desenvolvimento e imprescindível aos próximos avanços rumo ao desenvolvimento estratégico, projetado para o Paraná pelo atual Governo. Um grande avanço já aconteceu, recentemente, com reflexos positivos para a melhoria da qualidade do ensino nessas instituições quando, com a compreensão, colaboração e indispensável aprovação desta augusta Casa de

Leis, foi sancionada, pelo Executivo Estadual, a Lei nº 11.713/97, que criou as carreiras de docente e de técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior do Paraná em novas bases salariais e funcionais, condizentes com as exigências de um Estado moderno e desenvolvido.

Outro importante avanço, que vem sendo dado pelo atual governo, é a implantação do "Projeto Telemática", dotando as instituições e o próprio Paraná de tecnologia de ponta na área das comunicações, propiciando a todo o Estado do Paraná a ampliação da difusão de conhecimentos e informações.

Portanto, a modernização e qualificação das universidades e Faculdades Estaduais do Paraná faz parte do plano de políticas do atual governo na busca de novos caminhos e de novas alternativas mediante o planejamento estratégico com bases nas inovações científicas e tecnológicas próprias.

Fato inédito e importante a ser destacado é a forma conjunta e global pela qual está sendo formulado e encaminhado o projeto do Paraná junto ao Ministério da Educação e do Desporto, com vistas ao enquadramento das Universidades ao Programa de Modernização do Ensino Superior, para obtenção de financiamento junto ao BNDES.

Nesta ótica, estão sendo propostos projetos detalhados institucionalmente, com investimentos destinados a recuperação dos meios físicos - construções, equipamentos e acervo bibliográfico - das IES do Paraná, cujos valores totais e montantes estão discriminados como segue:

IES	OBRAS		EQUIPAMENTOS	TOTAL
	M ²	R\$		
UEL	38.275,00	13.516.800,00	4.483.000,00	18.000.000,00
UEM	36.361,97	14.282.600,00	820.000,00	15.102.600,00
UEPG	18.249,26	7.276.369,79	3.001.857,00	10.278.226,79
UNIOESTE	27.090,03	7.000.000,00	3.000.000,00	10.000.000,00
UNICENTRO	7.700,00	3.080.000,00	1.401.000,00	4.481.000,00
FACILCAM	8.750,00	3.034.000,00	-	3.034.000,00
FAFIPA	3.340,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00
FAFI-CORNÉLIO	4.000,00	1.600.000,00	-	1.600.000,00
FECEA	1.556,00	319.700,00	-	319.700,00
T O T A L	145.332,26	51.609.469,79	12.706.057,00	64.315.526,79

Por fim, cabe considerar a previsão de resultados efetivos com a execução do financiamento ora pleiteado, destacando-se a ampliação de 20% das vagas nos cursos de graduação já implantados, a criação de novos cursos tanto de graduação como de pós-graduação, ampliação de prestação de serviços à sociedade, consolidação da pesquisa emergente nas nossas universidades, com avanços nas inovações científicas e tecnológicas e a interação das Universidades com a sociedade, entre outros.

Em síntese, as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná têm potencialidades que cabe melhor avaliar, definindo os seus limites e as necessidades em termos de uma nova proposta para potencializá-las para o desenvolvimento estratégico do Paraná.

Feitas estas considerações, encaminho, anexo a presente, projeto de lei que autoriza a operação de crédito.

PROJETO DE LEI Nº 703/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de Rodovia Jorge Baggio, trecho da PR-218, que liga Santa Cruz do Monte Castelo a Pontal do Tigre.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de homenagear Jorge Baggio, um dos precursores da pecuária da Região Noroeste do Estado, que faleceu no último dia 25 de março.

O honrado e querido lapeano, um dos empresários que mais colaboraram com o desenvolvimento do nosso Estado, foi fundador do Frigorífico Baggio, e merecedor de todas as homenagens do Poder Legislativo, como a deste projeto de lei que denomina com o seu nome um trecho da PR-218.

PROJETO DE LEI Nº 704/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Abono Especial, igual à remuneração integral percebida mensalmente pelo funcionalismo público ativo, inativo e comissionado do Quadro Geral dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Abono Especial de que trata o artigo supracitado será pago até o vigésimo dia do mês de dezembro de cada ano.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende beneficiar o funcionalismo público, que vem sofrendo perdas salariais nos últimos anos.

Há três anos não recebe um aumento de sua remuneração, não sabendo o que fazer para sobreviver, vendo o seu padrão de vida descer cada vez mais. O funcionário é obrigado, com essa defasagem salarial, ter outras ocupações laborais para se manter e manter a sua família com um pouco de dignidade.

Este abono viria proporcionar um Natal mais feliz a esta laboriosa classe, que tanto vem sofrendo com os sucessivos arrochos salariais praticados pelos mais variados "pacotes" do Governo Federal.

Isto posto, contamos com a sensibilidade e o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta justa reivindicação.

PROJETO DE LEI Nº 705/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o IBID - Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento, com sede e foro nesta Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 11 de junho de 1996, sob a forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, ativa no fomento, na coordenação e execução de serviços, programas, projetos e ações voltadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento e integração de tecnologias, ao treinamento e estágio, à integração no mercado de trabalho, à produção, editoração e distribuição de publicações voltadas à disseminação do conhecimento, das técnicas, das ciências, das artes e da cultura de um modo geral, bem como a assistência social, educacional e cultural.

Reconhecê-lo de Utilidade Pública Estadual implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação, baseada no apoio à prestação de assistência no setor social, à saúde e cultural.

Enquadrado dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declará-lo de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 706/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol com sede e foro no Município de Palotina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol, é uma sociedade de natureza civil de direito privado, sem fins lucrativos, defendendo os direitos e interesses dos moradores da Associação, para criar um espírito democrático da participação popular no funcionamento da comunidade, e atingir soluções conjuntas para os problemas da população, reivindicando junto aos órgãos competentes as aspirações necessárias para os associados.

PROJETO DE LEI Nº 707/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam instituídos os "Jogos Rurais do Estado do Paraná", como estímulo à integração das comunidades, a prática desportiva no campo e o aprimoramento da qualidade de vida, através do fomento turístico.

§ 1º - Os jogos serão realizados a cada dois anos, sendo os primeiros em 1998, nos meses de julho, agosto e setembro.

§ 2º - Haverá a participação feminina e masculina de crianças, jovens, adultos e da terceira idade.

§ 3º - As Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento, dos Esportes e Turismo, da Criança e Assuntos da Família, da Cultura e da Saúde, diretamente ou por seus núcleos regionais ou prepostos, coordenarão a organização e realização das competições.

Art. 2º - Todas as competições serão realizadas na área rural, utilizando-se da estrutura e patrimônios existente nos distritos.

Parágrafo Único - O Estado com a cooperação dos municípios, promoverá a melhoria e adequação dos locais de competições.

Art. 3º - As competições abrangerão o maior número possível de modalidades esportivas e respeitará os costumes regionais.

§ 1º - As práticas agrícolas, as experiências regionais rurais, o artesanato, a produção caseira, o folclore e a tradição serão consideradas atividades de competição, terão espaços para exposição e apresentação e receberão pontuação pela classificação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná vem dedicando amplo apoio ao produtor rural, estimulando a diversificação agrícola, a produtividade e a elevação da renda. Ações conjugadas têm buscado obstinadamente essa transformação no campo, com resultados extraordinários

até agora, e expectativas ainda mais animadoras a cada novo dia.

Esta transformação no campo, acompanha a transformação que todo o Paraná percebe, vive e aplaude. São as Vilas Rurais, a diversificação agrícola, a Universidade do Professor, as Linhas e Estações do Ofício, as Usinas do Conhecimento, as incontáveis ações, equipamentos e obras do "Paraná Urbano", o canteiro de novas indústrias em todo o Estado, os programas preventivos e inovadores na área da saúde, os programas de qualidade e produtividade, os Jogos Mundiais da Natureza, e tantas e tantas iniciativas que têm destacado o Paraná no cenário nacional e internacional.

Essas ações de transformação vem sendo desenvolvidas com a participação decisiva da comunidade que, confiante no planejamento e nas ações do governo, dão sustentação e ampliam as atividades do Poder Público.

E é exatamente essa linha de participação e agregação da comunidade que motivam esse nosso projeto da criação dos "Jogos Rurais do Estado do Paraná", como um evento de extraordinária e decisiva importância para o coroamento das ações governamentais na área rural e para a união e integração de todas as comunidades do campo.

É também um projeto de justo reconhecimento à importância das ações da nossa gente do campo, dos trabalhadores e empreendedores. Da brava gente do campo, da colônia, como saudosamente mencionam.

Os "Jogos Rurais do Estado do Paraná", consolidam essa aura de energia positiva, de confiança, de determinação, de progresso, que movem e alimentam os irmãos trabalhadores e produtores do campo. E, fazem além da competição, essa integração elogiável de todos e a melhoria da qualidade de vida de cada um, quer pela prática do esporte, que é integração e saúde, quer pela revelação de suas mais caras tradições e de seus costumes, quer pela oportunidade fenomenal de novamente se aproximarem bem de perto, de estimularem suas aspirações comuns, de serem agentes da transformação social, cultural e econômica.

Os "Jogos Rurais do Estado do Paraná" será mais uma marca do Governo da Transformação, uma marca importantíssima que reafirma a profunda estima

e confiança que o Governo Jaime Lerner e o Secretário Hermas Brandão têm com todos os nossos irmãos do campo.

PROJETO DE LEI Nº 708/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido que todos os contratos de locação de prédios destinados a instalar órgãos públicos da administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná, só poderão ser efetuados se estas edificações forem livres de barreiras arquitetônicas que permitam o livre acesso adequado a pessoas portadoras de deficiência física de qualquer natureza.

Art. 2º - As novas edificações destinados a instalar órgãos públicos e de propriedade da administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná a serem construídas, em seu projeto original deverão ser livres de qualquer barreira arquitetônica, garantindo o livre trânsito e o acesso adequado a pessoas portadoras de deficiência física de qualquer natureza.

Art. 3º - Os imóveis descritos nos artigos primeiro e segundo desta legislação, deverão ser equipados com no mínimo um banheiro público e um banheiro exclusivo para funcionários, sendo um masculino e outro feminino, adaptados ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência física.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Temos conhecimento que diversos são os prédios locados pelo Poder Público para abrigar órgãos da administração direta, indireta e fundacional que por apresentarem barreiras arquitetônicas, impedem o livre acesso e trânsito de portadores de deficiência física de todo gênero, que ficam impedidos de exercer a plenitude de sua cidadania.

As novas construções edificadas pelo governo apresentam o mesmo pro-

blema, porque em seus projetos originais não há a preocupação de dar a essas edificações características que permitam a essas pessoas obter facilidades dentro de suas limitações.

O presente projeto de lei, visa permitir a todos os deficientes físicos ter o seu acesso garantido a todos os órgãos do Poder Público, onde quer que estejam instalados, sem que para isso tenham que antes vencer o estorvo das barreiras arquitetônicas, permitindo assim a todos os deficientes, o exercício pleno de sua cidadania e a integração destes deficientes na comunidade.

Pela envergadura deste projeto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 709/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir na UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho no MERCOSUL.

Art. 2º - A unidade instituída terá como atribuições:

- I. realizar pesquisas sobre o mercado de trabalho no âmbito do MERCOSUL;
- II. estudar a legislação trabalhista vigente nos países integrantes do mercado comum;
- III. desenvolver programas de treinamento e capacitação de mão-de-obra;
- IV. organizar banco de dados e levantamento estatísticos sobre as relações do trabalho na área das fronteiras;
- V. pesquisar os fluxos migratórios de mão-de-obra no MERCOSUL;
- VI. prestar serviços, remunerados ou não, a entidades públicas e privadas dos países do MERCOSUL nas áreas de sua competência;
- VII. organizar seminários, debates e eventos relacionados com suas atribuições.

Art. 3º - São instâncias do Centro de Estudos:

- a) Conselho Superior
- b) Secretária Executiva
- c) Conselho Fiscal.

Art. 4º - O Conselho Superior será integrado por:

- I. um representante da UNIOESTE;
- II. um representante da Secretaria de Estado das Relações do Trabalho;
- III. um representante da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio;
- IV. um representante da Secretaria de Estado do Planejamento;
- V. um representante da INTERSINDICAL de Foz do Iguaçu;
- VI. um representante da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu;
- VII. um representante do Instituto de Tecnologia em Automação e Informática de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - Cada representante será indicado para um mandato de 3 (três) anos, renováveis uma vez por igual período.

Art. 5º - São atribuições do Conselho Superior:

- a) definir as diretrizes da entidade;
- b) celebrar contratos e convênios;
- c) ordenar despesas;
- d) receber valores, inclusive doações;
- e) superintender os trabalhos da Secretaria Executiva e designar seus membros;
- f) representar o Centro de Estudos;
- g) deliberar sobre o Regimento Interno da entidade.

Parágrafo Único - A Presidência do Conselho Superior caberá ao representante da UNIOESTE.

Art. 6º - São atribuições da Secretaria Executiva:

- a) executar as diretrizes e orientações traçadas pelo Conselho Superior;
- b) organizar os serviços administrativos da entidade.

Art. 7º - O Conselho Fiscal será integrado por:

- I. um representante da UNIOESTE;
- II. um representante indicado pela INTERSINDICAL de Foz do Iguaçu;
- III. um representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

§ 1º - O mandato dos integrantes do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos.

§ 2º - A presidência do Conselho Fiscal será exercida pelo representante indicado pela UNIOESTE.

Art. 8º - São atribuições do Conselho Fiscal:

- a) apreciar e aprovar anualmente as contas da entidade;
- b) verificar a legalidade dos atos, contratos e convênios celebrados;
- c) zelar pelo cumprimento das finalidades institucionais da entidade.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A integração econômica no âmbito do MERCOSUL, além de permitir uma elevação nas trocas de mercadorias e serviços entre os países membros da comunidade tem provocado expressiva movimentação na mão-de-obra na região, especialmente na área da fronteira.

Preocupada com esta realidade, a INTERSINDICAL de Foz do Iguaçu, através de sua entidade coordenadora, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e Empresas de Contabilidade de Foz do Iguaçu - SINDASFOZ, nos propôs a elaboração de projeto de lei que tivesse como conteúdo o contido na presente proposição.

Faz sentido o projeto pelas competências que estipula e, em especial, por vincular à UNIOESTE a entidade que autoriza que se crie. Essa Instituição de Ensino Superior, que tem desempenhado com relevo suas funções de ensino, deve buscar crescentemente atuar também na extensão, vinculando-se a projetos que atendam às necessidades da comunidade na qual está inserida.

Entre as necessidades sentidas pela população da região das fronteiras está justamente o estudo das questões relativas às relações de trabalho no MERCOSUL, com as naturais implicações da integração no mercado de trabalho dos países.

A lei tem caráter autorizatório, após sua aprovação, às entidades envolvidas e interessadas a devida implantação do órgão que se cria para desempenhar as funções de ordenador do estudo e do debate sobre as relações

de trabalho no MERCOSUL, especialmente na área da fronteira.

PROJETO DE LEI Nº 710/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O servidor policial civil que, quando de sua aposentadoria, estiver percebendo gratificação por tempo integral exclusiva, terá este benefício incorporado aos seus proventos de inatividade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, prevista pelo Art. 172, inciso III, combinado com os Arts. 56 ao 62, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, é concedida aos policiais civis tendo em vista o regime especial de trabalho, levando em conta, principalmente, a natureza específica das funções e condições para seu exercício e os riscos a elas inerentes.

Assim, tendo em vista a contribuição que estes servidores dedicaram à causa pública, nada mais justo que permitir-lhes a incorporação do referido benefício aos seus proventos de inatividade, para que não sofram redução da remuneração justamente no momento em que mais necessitam.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar com satisfação, a presença de uma comitiva da Cidade de Maringá, composta pelo Presidente do nosso Partido, o ex-Vereador Humberto Crispim; pelo nosso Vereador John; e também pelo ex-Vereador e advogado Miguel Grillo, que estão nos visitando esta tarde, para nossa alegria.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Para nós é uma satisfação. Sintam-se em casa os ilustres visitantes nominados pelo Deputado Romanelli.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Na semana passada, vi aqui na Casa, uma discussão grande a respeito da questão do Orçamento da Assembléia Legislativa. E acho que deve ser discutido, devem ser avaliados critérios, formas, quem coloca e quem não coloca dentro do Orçamento, porque o mesmo é uma carta de intenções da aplicação dos recursos que entram no Estado. Mas, ficava me perguntando o seguinte: será que compensa a briga na questão do Orçamento aqui no Plenário desta Casa, quando nenhuma lei obrigava ao Executivo o cumprimento daquilo que está no Orçamento?

Faço a referência pelo seguinte, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares: no ano passado, tive acolhida uma Emenda no Orçamento, de 150 mil reais para apoio à construção do APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planalto. Sempre gostei desta área, porque sempre entendi que o excepcional precisa do amparo da sociedade para mudarmos o conceito que - graças a Deus, não existe mais, isso graças às APAE's - o excepcional, portador de alguma deficiência, não fosse um ser humano por completo, principalmente quem mora no interior. Muitas e muitas vezes vi famílias que escondiam os seus filhos por ter alguma deficiência. Eram confinados dentro de um quarto em casa porque havia um conceito completamente errôneo da sociedade. E as APAE's mudaram este conceito.

Tinha sido aprovado uma verba de 150 mil reais, no Orçamento. Na Secretaria de Estado da Educação, há um Departamento de Ensino Especial para dividir essa verba orçamentária com uma instituição mantenedora aqui de Curitiba, que também trata de menores excepcionais, que é a Associação Saint Germain. Eu disse: "Bom, indiscutivelmente, nós vamos concordar, porque o excepcional de Planalto é igual ao de Londrina, de Maringá, de Curitiba, de qualquer lugar". Se existisse unanimidade em torno disso, seria assim.

Aí, Senhores, fizemos 75 mil reais para esta associação mantenedora de uma APAE de Curitiba e 75 mil reais para a associação mantenedora da APAE

de Planalto. Aí que começa a confusão. Foi assinado convênio. Está aqui a cópia dos convênios: "Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Ensino Especial - Termo de Convênio de Amparo Financeiro". Foi assinado com a APAE de Planalto e com a associação mantenedora aqui de Curitiba.

Claro, isso é divulgado no meio da APAE, porque é a expectativa de poder construir uma escola condizente para com o menor. Na sequência, foi publicado o convênio no Diário Oficial.

Foi empenhado o recurso, Deputado Horácio! Os recursos dessas duas APAE's, empenhados, foram para a Secretaria de Estado da Fazenda. Eu tinha até o número do malote onde estava esse dinheiro! Até hoje, o dinheiro não saiu, pasmem os senhores! Tenho aqui a cópia de três vistorias já realizadas, em datas separadas, pelo DECOM, que vai até o município para vistoriar o estágio em que está a obra, quando na verdade, nenhum centavo ainda foi liberado para a construção. São três laudos de relatórios de vistorias pelo DECOM, de um dinheiro que não saiu. E o pior, as próprias pessoas que trabalham na APAE começam a se sentir com problemas junto aos pais, junto a sociedade, porque gera a impressão de que o recurso saiu e não foi aplicado!

Como reconheço a posição de dificuldade que temos como Deputado de Oposição, de conseguir a liberação de recursos, é que estou encaminhando na Casa, um Requerimento, um pedido pela Assembléia, que seja liberado o recurso destas duas APAE's. É impossível que não tenhamos sensibilidade para apoiar menores deficientes, maiores deficientes, pessoas que precisam de nós, para que, em nome da Assembléia se peça a Secretaria, dentro do Orçamento deste ano, do Orçamento do ano que vem.

Quero deixar claro que apresentei duas Emendas contemplando essas duas entidades para o Orçamento do ano que vem, para que possamos ter essa liberação e para que possamos dar continuidade a essas execuções físicas tão necessárias para menores carentes do nosso Estado do Paraná!

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PFL. PL. PSDB. PT. PPB. PMDB. PDT. Liderança do Governo.

(Todas declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tu-reck, constante do expediente. Neces-sita de apoioamento. **Apoiado.** À Direto-ria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioamen-to. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Le-gislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constan-te do expediente. Necessita de apoioa-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legisla-tiva.

Projeto de Lei, de autoria dos Senhores Deputados Sérgio Spada, José Tavares, Joel Coimbra e demais Senho-res Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de Lei, em número de dois (02), de autoria do Senhor Depu-tado Walmor Trentini, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constan-te do expediente. Necessita de apoioa-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legisla-tiva.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constan-te do expediente. Necessita de apoioa-

mento. **Apoiado.** À Diretoria Legisla-tiva.

Passaremos à apreciação da maté-ria constante da Ordem do Dia, confor-me avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/97, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, que autoriza o Po-der Executivo a municipalizar o trecho da PR-412. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 186/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Transfere para o Muni-cípio de Matinhos o trecho da PR-412, conhecido como Avenida do Contorno e denominado pela Lei Municipal nº 063/80 como Avenida Juscelino Ku-bitschek de Oliveira, compreendido entre as Ruas da Ponte e Presidente Kennedy.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-gando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/97, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, que proíbe os alu-nos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas de 1º e 2º graus, de fumarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das es-colas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dias de aulas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 564/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os alunos, professores e demais funcionários das escolas pú-blicas ou privadas do ensino fundamen-tal, ficam proibidos de fumar cigarros

de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dias de aulas.

Art. 2º - As escolas deverão afixar em local visível, os avisos indicativos de proibição e os responsáveis pelos alunos menores, deverão assinar o termo de anuência.

Parágrafo Único - No caso de alunos com mais de 18 (dezoito) anos, o termo de anuência deverá ser assinado pelos próprios alunos.

Art. 3º - Os avisos indicativos deverão ser afixados em todas as dependências das escolas e deverão ter medida não inferior a 40 cm por 30 cm.

Art. 4º - Os infratores desta lei ficam sujeitos às penalidades impostas pelo Regimento Escolar.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/96, que institui o "Fundo Paraná", destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no Art. 205, da Carta Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., À EMENDA Nº 01 DE 10.06.97 E CONTRÁRIO ÀS DE Nºs 02 E 03 DE 10.06.97 E DE Nºs 01 A 24 DE 15.06.96. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA
GERAL DE Nº 03 AO
SUBSTITUTIVO DA C.C.J.

SÚMULA: Altera a redação do § 1º do inciso V, artigo 20, do Capí-

tulo III: "Do Conselho Superior da Fundação Araucária".

O § 1º do inciso V do Artigo 20, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Todos os membros do Conselho Superior deverão ser escolhidos entre pessoas que possuem reconhecida competência científica e tecnológica e reputação ilibada."

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA CORRETIVA DE Nº 01

Corrija-se no Substitutivo Geral:

"Art. 5º - ...

I - ...

II - para aplicação nos termos do artigo 45 desta lei,"

"Art. 9º - Compete ao CCT Paraná:

I - ...

II - ...

III - ...

.....

VIII - analisar e aprovar propostas advindas da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA nos termos dos artigos 34, inciso II e 50 desta lei."

"Art. 17 - Ao Conselho de Administração do Paraná Tecnologia compete:

I - ...

II - ...

III - implementar as decisões e do Contrato de Gestão nos termos do Artigo 20 desta lei."

Sala das Sessões, em

(aa) CLEITON KIELSE, IRINEU COLOMBO,
TOTI COLAÇO, JOSÉ MARIA FERREIRA,
CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir falhas técnicas na redação do Substitutivo quando relacionado ao texto original.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA ADITIVA DE Nº 02
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adite-se ao Inciso I, do Artigo 34, do projeto em referência, o seguinte:

"...e no Art. 205, da Constituição Estadual."

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO,
EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA,
DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA,
IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo explicitar que os recursos especificados são estabelecidos pela Constituição Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA ADITIVA DE Nº 03
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adite-se ao Inciso I, do Artigo 34, do projeto em referência, o seguinte:

"Art. ... - O CCT Paraná reunir-se-á pelo menos duas (02) vezes por ano, mediante convocação determinada pelo Governador do Estado ou pela maioria de seus membros, sendo presidida pelo Governador do Estado que poderá, na instalação dos trabalhos da sessão, designar à sua conveniência o presidente da reunião."

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO,
EMERSON NERONE, DOUTOR ROSINHA,
CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO,
JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O CCT-PARANÁ como órgão máximo para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico precisa reunir-se com periodicidade mínima estabelecida em lei para que seja garantida a continuidade das discussões necessárias à ciência e tecnologia no Paraná e implementação de suas decisões.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 04
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Substitua-se os incisos II a V, do Art. 10, do projeto de lei em referência, pelo seguinte:

"II - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada de acordo com normas a serem estabelecidas pela comunidade científica paranaense, sendo

um deles pertencente ao corpo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

III - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade tecnológica paranaense;

IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade empresarial e cooperativista paranaense;

V - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade trabalhadora paranaense.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO,
EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA,
DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA,
IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir a paridade, a representatividade de setores e a autonomia das várias comunidades na apresentação de suas listas de representantes.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE Nº 05
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Modifique-se o seguinte:

A alínea "b" do Inciso I, do Art. 3º passará a ser o inciso II do mesmo artigo, com a seguinte redação:

"II - ativos pertencentes ao Estado do Paraná, tais como ações, direitos de participação, bens patrimoniais ou caixa, avaliados a valores de mercado."

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO,
EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA,
DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA,
IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão não garante a transferência dos 2% constitucionais quando prevê a transferência de parte dos recursos em bens do Estado. A presente emenda é proposta para sanar esta deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA SUPRESSIVA DE Nº 06
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Suprima-se do Art. 3º, inciso I, a alínea "a", na íntegra.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO, EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão não garante a transferência dos 2% constitucionais quando prevê a transferência de parte dos recursos em bens do Estado. A presente emenda é proposta para sanar esta deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA SUPRESSIVA DE Nº 07
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Suprima-se do Art. 3º, inciso I do projeto em referência, a seguinte expressão:

"a serem transferidos"

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO, EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão não garante a transferência dos 2% constitucionais quando prevê a transferência de parte dos recursos em bens do Estado. A presente emenda é proposta para sanar esta deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 08
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Substitua-se o "caput" e os incisos I a IV, do Art. 36, do projeto em referência, pelo seguinte:

"Art. 36 - O Conselho Superior, presidido pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, compor-se-á de quinze (15) membros:

I - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado, sendo um deles o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

II - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista sêxtupla elaborada de acordo com as normas a serem estabelecidas pela comunidade científica paranaense, sendo um deles pertencente

ao corpo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

III - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista sêxtupla elaborada pela comunidade tecnológica paranaense, sendo um deles pertencente a uma das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

IV - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista sêxtupla pela comunidade empresarial paranaense, em processo coordenado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná e pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, sendo um deles da área cooperativista;

V - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista sêxtupla elaborada pela comunidade trabalhadora paranaense."

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(aa) CARLOS SIMÕES, PÉRICLES DE MELLO, EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO, JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir a paridade representativa dos setores econômicos de acordo com a Constituição Estadual do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA DE Nº 09

4 - "Exclui o artigo 12."

Sala das Sessões, em

(aa) CARLOS SIMÕES, TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O artigo incluído nada tem a ver com a lei, pois a apresentação de "minuta de Decreto" por Secretário de Estado ao Governador é procedimento lógico de administração.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA DE Nº 10

1 - O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O FUNDO Paraná tem por finalidade financiar programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento

científico e tecnológico e atividades afins, segundo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciências e Tecnologia - CCT PARANÁ, e aprovada pelo Governador do Estado.

Sala das Sessões, em
(aa) TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo é financiar e não só "apoiar financiamentos".

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA DE Nº 11

2 - Os incisos I, II e III, do artigo 5º passam a ter a seguinte redação:

"I - de 20% (vinte por cento) a 35% (trinta e cinco por cento) para todas as atividades de auxílio e aprovadas pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA;

II - de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) para a aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, ou de qualquer sociedade;

III - de 40% (quarenta por cento) a 55% (cinquenta e cinco por cento) para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ."

Sala das Sessões, em
(aa) TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A definição do limite máximo é essencial porque senão se possibilita que não se atende o desejado.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA DE Nº 12

3 - "Exclui o parágrafo único do artigo 5º."

Sala das Sessões, em
(aa) TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Se a lei define percentuais só uma lei pode alterar.

A redação possibilita uma delegação de poderes INCONSTITUCIONAL, pois a definição de alocação de recursos só pode ser feita na Lei Orçamentária, competência exclusiva do Legislativo.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 13

Suprima-se do Artigo 3º inciso I do Projeto em referência, a seguinte expressão"

"Tais recursos serão transferidos:"

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, IRONDI PUGLIESI, ANTONIO BELINATI, TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ORLANDO PESSUTI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 14

Suprima-se do Art. 3º inciso I, a alínea "a", na íntegra.

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, IRONDI PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 15

Modifique-se o seguinte:

A alínea "b" do inciso I, do Art. 3º passará a ser o inciso II do mesmo artigo, com a seguinte redação:

"II - ativos pertencentes ao Estado do Paraná, tais como ações, direitos de participação, bens patrimoniais ou caixa, avaliados a valores de mercado."

Em consequência, os demais incisos serão renumerados.

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, IRONDI PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO BELINATI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 16

Modifique-se os incisos I, II e III, do Art. 5º do projeto em referência, para o seguinte:

"I - 30% (trinta por cento) no mínimo para a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, a ser criada na forma prevista no Capítulo IV desta lei, para apoiar o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Estado do Paraná, mediante o financiamento de pesquisas e concessão de bolsas de estudos a pesquisadores;

II - até 20% (vinte por cento) para a aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, ou de qualquer sociedade a ser criada nos termos do Artigo 47 desta lei, pelo período de dois anos. Após este período, os 20% (vinte por cento) passarão a integrar os recursos da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

III - até 50% (cinquenta por cento) para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT-PARANÁ".

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, TOTI COLAÇO,
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, IRONDI
PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO
BELINATI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 17

Substitua-se os incisos III a VI, do Art. 10, do projeto em referência, pelo seguinte:

"III - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada de acordo com normas a serem estabelecidas pela comunidade científica paranaense, sendo um deles pertencente ao corpo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade tecnológica paranaense;

V - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade empresarial e cooperativista paranaense;

VI - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, dentre lista triplíce elaborada pela comunidade trabalhadora paranaense.

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, IRONDI
PUGLIESI, ANTONIO BELINATI, TOTI
COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI,
ORLANDO PESSUTI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 18

Substitua-se o Art. 11, do projeto em referência, pelo seguinte:

"Art. 11 - O CCT-PARANÁ reunir-se-á pelo menos duas (2) vezes por ano, mediante convocação determinada pelo Governador do Estado ou pela maioria de seus membros, sendo presidida pelo Governador do Estado que poderá, na instalação dos trabalhos da sessão, designar à sua conveniência o presidente da reunião."

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, LUIZ CLAUDIO
ROMANELLI, IRONDI PUGLIESI, ORLANDO
PESSUTI, ANTONIO BELINATI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 19

Suprima-se do Art. 30, do projeto em referência, o seguinte:

"na forma determinada pela Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, segundo diretrizes do CCT-PARANÁ e aprovada pelo Governador do Estado."

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, ANTONIO
BELINATI, IRONDI PUGLIESI, TOTI
COLAÇO, ORLANDO PESSUTI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 20

Substitua-se o inciso I, do Art. 35, do projeto em referência, para o seguinte:

"I - o montante de no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos previstos no artigo 205 da Constituição Estadual."

Sala das Sessões, em
(aa) PÉRICLES DE MELLO, IRONDI
PUGLIESI, ANTONIO BELINATI, TOTI

COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI,
ORLANDO PESSUTI.

AO SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 21

Substitua-se o § 2º, do Art. 37, do projeto em referência, para o seguinte:

"§ 2º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 06 (seis) anos, sendo vedada a recondução."

Sala das Sessões, em

(aa) PÉRICLES DE MELLO, IRONDI
PUGLIESI, ANTONIO BELINATI, TOTI
COLAÇO, ORLANDO PESSUTI.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

EMENDA DE Nº 22 AO SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: Altera a redação do artigo 10, inciso IV do Capítulo II "Do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia".

O inciso IV do artigo 10 do Capítulo II, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade empresarial paranaense, sendo 01 (um) deles pertencente ao Setor Cooperativista Agrícola."

Sala das Sessões, em

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Péricles de Mello, Miltinho Puppio, Algaci Túlio, Toti Colaço, Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda promover os ajustes necessários à redação do Art. 10, inciso IV, do Capítulo II "Do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia", em função de que o Setor Cooperativista Agrícola do Estado vem de longa data desenvolvendo pesquisas científicas na área agropecuária, contribuindo de forma significativa para melhoria na produtividade agrícola do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA ADITIVA DE Nº 23

Inclua-se o Inciso IV no Art. 5º, do projeto em referência, o seguinte:

"Art. 5º - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - 20% (vinte por cento) para aplicação em projetos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico para o Setor Agropecuário, a cargo do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR."

Sala das Sessões, em

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento: Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Antonio Annibelli, João Techy, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A garantia da continuidade dos serviços que o IAPAR vem prestando à agricultura e ao agronegócio paranaenses, gerando tecnologia aplicável a todos os municípios do Estado, depende da destinação de recursos compatíveis com suas responsabilidades e que lhe assegurem sustentabilidade. Sem inovação tecnológica, a agricultura e o agronegócio paranaenses não alcançarão níveis de competitividade que a globalização dos mercados está exigindo cada vez mais.

É imprescindível que o IAPAR tenha tratamento condizente com sua importância social econômica, refletindo-se essa merecida prioridade na destinação explícita de 20% (vinte por cento) dos recursos do Art. 205 da C.E. ao IAPAR, garantindo a continuidade de seus trabalhos.

PROJETO DE LEI Nº 212/96

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE Nº 24
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Modifica-se o seguinte:

"Art. 5º - ...

I - ...

II - ...

III - Até 40% (quarenta por cento) ..."

Sala das Sessões, em

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento: Doutor Rosinha, Luiz Carlos Zuk, Edno Guimarães, João Techy, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

Para dar suporte à cota destinada ao IAPAR, os recursos destinados aos projetos estratégicos (inciso III do Art. 5º do Substitutivo Geral), passarão de 60% (sessenta por cento) para 40% (quarenta por cento).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 212/96

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO

Trata-se de Mensagem do Poder Executivo que visa instituir o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná, nos termos do preceito contido no Art. 295 da Carta Estadual.

O projeto veio a votação e recebeu Substitutivo Geral, aprovado nesta Comissão em 10.07.96.

Levado à Plenário recebeu 24 emendas, além de subemendas e emendas à subemendas, assinadas por vários Deputados.

Nosso parecer leva em consideração alguns pontos:

1. Considerar prejudicadas as emendas apresentadas, por já estarem contempladas na subemenda apresentada pelo Plenário;
2. Sem considerar o mérito, opinar para que seja a subemenda nº 01 levada a votação em Plenário, onde será analisada junto com o Substitutivo Geral da C.C.J..

Sendo assim, a matéria está apta para apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Geraldo Cartário, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Doutor Rosinha, Caíto Quintana, Duílio Genari, José Tavares, César Seleme, 1 ilegível.

Em votação.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Finalmente, depois de mais de um ano que está parado nesta Casa, vem a votação em Plenário, o projeto que regulamenta o Art. nº 205 da Constituição do Estado do Paraná, que prevê a utilização de 2% do Orçamento do Esta-

do para apoio à Ciência, Tecnologia e Pesquisa Básica.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação nesta Casa, nos dois primeiros anos de mandato fizemos um enorme esforço junto com outros Deputados para regulamentar o 205.

Esse esforço contou com a participação muito forte, constante e intensa da comunidade científica do Paraná. Professores das universidades públicas paranaenses, estaduais, faculdades isoladas, Professores da Universidade Federal do Paraná, dirigentes da Associação de Docentes, Reitores, cientistas, técnicos do IAPAR, pesquisadores da OCEPAR, TECPAR, enfim, todos aqueles segmentos que têm interesse no desenvolvimento da ciência e da tecnologia básica em nosso Estado.

Realizamos um longo processo de discussão, partindo do que havia acontecido no Governo anterior, o Governo de Roberto Requião. A partir daí, desse esforço conjugado resultou um projeto que regulamentava o Art. 205. Um projeto democrático, que criava uma fundação no Paraná nos moldes da fundação que existe em São Paulo. Uma fundação democrática gerida por um conselho eleito por aqueles segmentos que se relacionam com a ciência e tecnologia, porque entendíamos - junto com a comunidade científica - que a ciência e a tecnologia devem ter um caráter permanente. A política de ciência e tecnologia tem um papel estratégico no Estado. Deve, portanto, o conselho que rege a aplicação de recursos e a fundação terem uma função estratégica, independentemente dos sucessivos governos que acontecem no Estado.

Defendemos o nosso projeto junto com a comunidade científica, que a fundação dessa forma, independente do governo de plantão, teria um conselho com liberdade e autonomia relativa em relação ao governo, para que a política de ciência e tecnologia não sofresse um problema de descontinuidade ao longo do tempo, diante das vontades divergentes dos governos.

Para chegarmos a esse projeto, realizamos aqui em Curitiba, no Plenário aqui da Assembléia, um Fórum Paranaense da Ciência e Tecnologia. Trouxemos representantes do Ministro da Ciência e Tecnologia, Reitores das

Universidades do Paraná, cientistas de renome nacional e internacional. Chegamos ao nosso projeto, onde os 2% do Orçamento seriam colocados à disposição da fundação, que seria regida democraticamente, com uma presença forte da comunidade científica.

Infelizmente, a posição do Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia foi divergente. Infelizmente, da mesma forma, as posições do Governador Jaime Lerner colocam a ciência e tecnologia como dependente da iniciativa privada. Todos os princípios colocados pelo Governo dispõem desta forma, que a ciência e tecnologia devem estar articuladas aos interesses da iniciativa privada e dos investimentos privados. Sabemos que investimento privado segue a linguagem e o espírito do lucro, do curto prazo, da lucratividade imediata. Essa é a lei fundamental do sistema capitalista, é a lei pela qual sobrevive o empresariado. Ao passo que a ciência e tecnologia têm uma função estratégica para ao Estado, por isso ela não deve estar vinculada, dependente do interesse empresarial.

Essa é a principal divergência. Isso existiu sempre entre a postura que defendíamos e a postura que o Governo defendia. Em função desta postura, o projeto que veio a esta Casa orientado pelo Governo, desfigurava completamente o nosso projeto, colocava 60% dos recursos do Art. 205, não para a ciência e tecnologia, mas para os chamados "projetos estratégicos do Estado do Paraná", entre os quais pode-se citar o "Anel de Integração". Mas, entendemos que esses recursos devem ser destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, se queremos um futuro para o Estado. Sabemos que o Paraná está perdendo, do ponto de vista tecnológico, para outros Estados. Não só com relação a pequena produção, mas a nossa agricultura de forma geral, pois há projetos alternativos para o desenvolvimento do Estado.

Esta foi a postura que definiu o Governo: 60% dos recursos para Projetos Estratégicos e somente 20% para a Fundação Araucária. Houve todo um processo de resistência por parte da comunidade científica, alguns Deputados desta Casa, e finalmente aconteceram os substitutivos. Um, apresentado pelo Deputado Joel Coimbra, em que aumenta

para 30% os recursos para a Fundação Araucária e coloca também dois representantes no Conselho de Ciência e Tecnologia, da classe trabalhadora, não só dos empresários. Isso é um avanço.

No processo de negociação com a vice-Governadora Emilia Belinati - que tem outra posição - conseguimos um outros substitutivo: aumentar de 30% para 50% os recursos para a Fundação Araucária. Esse substitutivo tem também a assinatura do Deputado Joel Coimbra.

O que vamos votar hoje, é o resultado de uma negociação, vai ser 30%. Então, estamos numa posição difícil, como está numa posição difícil a própria comunidade científica; este projeto não é aquele que queremos, ele fere, agride o espírito do projeto original proposto pela própria comunidade científica. Mas, de qualquer forma, ambos setores da comunidade entendem que é melhor isso do que nada. É melhor, inicialmente, dispormos de 30% de recursos para a Fundação Araucária do que nada, do que ficar parado na Assembléia mais um ano ou dois, este projeto.

Então, a nossa posição é uma posição difícil, conversamos com os nossos Deputados do PT, votaremos favoravelmente ao projeto, mas deixando claro que a nossa posição é divergente desse projeto. O que defendemos e continuaremos defendendo, mesmo depois de aprovado o projeto, é que mais recursos sejam colocados para a Fundação Araucária, que vai fazer o desenvolvimento da ciência e tecnologia, que esta Fundação seja gerida de forma democrática, com a participação da comunidade. Essa é a nossa posição. Votar este projeto, já que a visão da maioria dos Parlamentares é como sentimos. Vamos continuar vigilantes, e vamos continuar lutando para ampliar o volume de recursos destinados a Fundação Araucária e comunidade científica também vai continuar a sua luta, desenvolvendo e fortalecendo o fórum da defesa da ciência e tecnologia, discutindo, tentando sensibilizar os órgãos do Poder Executivo, para que mais recursos sejam destinados a ciência e tecnologia.

Votaremos, repito, favoravelmente. Com esta declaração de voto, estamos contrariados, porque queríamos que

o Governo tivesse outro projeto. Mas, como entendemos que de qualquer forma, um pouco de recurso virá, e é melhor que venha esse pouco recurso, para continuar a luta depois, do que ficar parado dentro desta Casa.

A Bancada do PT, seguindo a maior parte da comunidade científica do Paraná, vota favoravelmente ao projeto.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Votação do projeto.

A Mesa vai colocar em votação o Substitutivo Geral. Se aprovado o Substitutivo Geral, as emendas serão consideradas prejudicadas.

A Mesa alerta: votado o Substitutivo Geral, as emendas serão prejudicadas.

Votação ao Substitutivo Geral.

Aprovado.

O projeto irá à 3ª Discussão.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Santo Antonio, com sede e foro no Município de Farol. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Casa Familiar Rural de Capanema, com sede e foro no Município de Capanema. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando que seja retirado da Ordem do Dia, em razão de já ter sido aprovado em Redação Final o Projeto nº 534/97, de igual conteúdo, o qual está sendo encaminhado à sanção governamental. **Aprovado.**

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 550/97.

O projeto vai para arquivamento.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de

Utilidade Pública Estadual a Creche Frei Fabiano Zanatta, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Infância e à Maternidade, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Nova Santa Rosa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional - ACAIE, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública Estadual a Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública Estadual a FEMOCALM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 3173, de autoria dos Senhores Deputa-

dos Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Basílio Zanusso, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI **(Pela Ordem)** - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3171, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3133, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Verificação de votação.

O SENHOR PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Seis (06) aprovam.

Vinte e cinco (25) rejeitam.

Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI **(Pela Ordem)** - Apenas, Senhor Presidente, para registrar a pesquisa que foi realizada pelo Programa "Carlos Simões", da "Rádio Difusora 590", no dia 06 de dezembro de 97: 492 ligações telefônicas, com nome, telefone e endereço.

Em primeiro lugar: Roberto Requião com 193 votos, 39,1%; em segundo lugar, Álvaro Dias com 120 votos, 24,3%; em terceiro lugar, Jaime Lerner com 109 votos, 22,1%; em quarto lugar, outros; quinto lugar, Ricardo Barros com 6 votos, 1,2%; sexto lugar, PT com 4 votos, 0,8%. Pesquisa realizada pelo radialista Carlos Simões.

O SENHOR PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - A leitura da pesquisa já está consignada na Ata dos Trabalhos desta Casa. Espero que seja verdadeira.

Requerimento nº 3136, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, cons-

tante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3137, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme requerido.**

Requerimento nº 3138, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3140 a 3144, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3145 a 3150, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3151, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3153, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3154 e 3176, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3155 a 3162, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3163 e 3164, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3165 e 3166, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3169 e 3170, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3174 e 3175, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quin-

tana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3181, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 359, 622, 633, 665/97,

e dos Projetos de Lei Complementar nºs 667, 674, 675 e 676/97.

Levanta-se a sessão.